

APRESENTAÇÃO

A segunda edição do ano de 2019 da Revista **(Re)pensando Direito** segue evidenciando o compromisso do periódico com um debate acadêmico qualificado relativamente aos temas mais atuais que tocam a cena jurídica e as áreas afins. 2020 está em vias de chegar e o nosso desejo mais genuíno é o de que neste ano que se aproxima possamos (re)estabelecer diálogos férteis, capazes de proporcionar mudanças eficazes no nosso entorno, seja no mundo das ideias, seja no mundo da práxis.

Esta edição da **(Re)pensando Direito** contempla onze artigos científicos e um trabalho oriundo de produção discente, totalizando 12 textos de grande relevância para o cenário acadêmico.

O texto a escancarar os debates desta edição, de autoria de Marlos Oliveira Magalhães Pôrto, discorre sobre o importante instituto da aposentadoria compulsória e os seus reflexos na dignidade da pessoa humana dos idosos.

Henrique Rosmaninho Alves aborda o controverso tema do rompimento de barragens no Brasil à luz do chamado “estado de coisas inconstitucional”.

Lucas Gigardello Faccio preocupa-se com o estudo das cotas raciais em concursos públicos federais, o que faz com base na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 41, do Distrito Federal.

Marília Studart Menconça Gomes estuda as práticas colaborativas como uma importante alternativa enquanto não litigância.

Jaqueline de Kassia Ribeiro de Paiva e Lina Maria Gonçalves debruçam-se sobre a evolução do pensamento criminológico na América Latina.

A utilização das metodologias ativas no ensino superior é tema de pesquisa do texto de autoria de Camila Yano Sato e Daniel Luiz Igrejas Andrade Júnior.

O artigo de Fabiana da Silva Colonetti teve por objetivo a análise da responsabilidade civil quanto à sua função punitiva, de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial.

Eliabe Ribeiro Vidal e Sthefanie Ramos Moraes Bôa Ventura trabalham com a interessante teoria do impacto desproporcional e sua (não) recepção pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Rayla Paulino de Araújo, Cássio Luz Pereira e Luciano Silva Figueiredo objetivam demonstrar a inconstitucionalidade da indisponibilidade de bens e direitos

sem decisão judicial, isto é, a inconstitucionalidade do art. 20-B, §3º, II, da Lei nº 10.522/2002, com redação dada pela Lei nº 13.606/2018.

O texto de Jaqueline Beatriz Griebler e de Fernanda Serrer preocupa-se com o tema da proteção de consumidores hipervulneráveis especificamente no tocante à atuação do Balcão do Consumidor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ/RS), em Santa Rosa/RS.

E a sessão de artigos científicos encerra-se com o texto de Pâmela Copetti Ghisleni, em cujo bojo circula a discussão em torno do caráter universal dos direitos humanos e de sua concretização em contextos multiculturais.

E a segunda edição de 2019 encerra-se com a produção discente de Daiane Schneider Leviski e Isabel Cristina Brettas Duarte, com foco no interessante tema da fundamentação das atuais decisões judiciais que versam sobre o rompimento das relações afetivas nas famílias multiespécies compostas por animais e humanos

Dito isso, aproveitamos a oportunidade para registrar nossa mais sincera gratidão e honradez pelas valiosas contribuições de todos os pesquisadores, alunos e comunidade acadêmica em geral, as quais são fundamentais não somente para o fortalecimento da **(Re)pensando Direito**, mas também para a livre circulação de ideias e saberes.

Santo Ângelo/RS, novembro de 2019.

Os editores.